

Rodrigo Frantz Becker

MANUAL
DO PROCESSO DE
EXECUÇÃO

dos títulos judiciais e extrajudiciais

Prefácio

Ministro Luiz Fux

Apresentação

Luiz Rodrigues Wambier

2021



www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de fundo da Capa: Máksim em pngtree.com

B395m Becker, Rodrigo Frantz.

Manual do Processo de Execução dos Títulos Judiciais e Extrajudiciais / Rodrigo Frantz Becker – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

640 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5680-149-0

1. Vias de execução. 2. Direito Processual Civil. I. Becker, Rodrigo Frantz. II. Título.

CDD 341.465

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1186824

SUMÁRIO

Parte I

INTRODUÇÃO

Capítulo 1

DISPOSIÇÕES GERAIS DO LIVRO	29
1.1. Divisão didática do livro	29
1.2. Divisão entre cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial	31

Parte II

DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO EXECUTIVO

Capítulo 2

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	37
2.1. Ação de conhecimento e ação de execução.....	37
2.2. Tutela executiva.....	41
2.3. Formas de execução: direta e indireta.....	43
2.4. Efetividade da execução	45
2.5. Título executivo	48
2.6. Tipicidade e atípicidade das medidas executivas	53
2.7. Exceção do contrato não cumprido	66
2.8. Cumulação de execuções.....	69

Capítulo 3

PRINCÍPIOS DO PROCESSO EXECUTIVO	73
3.1. Observações gerais.....	73
3.2. Autonomia	74
3.3. <i>Nulla executio sine titulo</i>	77

MANUAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

3.4. Tipicidade	81
3.5. Contraditório	85
3.6. Patrimonialidade.....	90
3.7. Utilidade.....	93
3.8. Desfecho único	94
3.9. Menor onerosidade	96
3.10. Livre disponibilidade	100
<i>Capítulo 4</i>	
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	105
4.1. Breve histórico	105
4.2. Responsabilidade subjetiva	108
4.3. Responsabilidade objetiva	111
4.4. Ato atentatório à dignidade da Justiça	114
4.5. Fraude à execução	119
4.5.1. Diferença para fraude contra credores	123
4.5.2. Procedimento	126
4.5.3. Hipóteses de cabimento	127
4.5.4. Efeitos da fraude à execução	137
<i>Capítulo 5</i>	
PRESSCRIÇÃO.....	139
5.1. Regra geral.....	139
5.2. Prescrição e liquidação.....	141
5.3. Prescrição intercorrente	144
<i>Capítulo 6</i>	
LIQUIDAÇÃO	149
6.1. Disposições gerais	149
6.2. Legitimidade	153
6.3. Competência.....	154
6.4. A extinta liquidação por cálculos	155
6.5. Liquidação por arbitramento	156
6.6. Liquidação pelo procedimento comum	159
6.7. Modificação do procedimento.....	161
6.8. Liquidação de título extrajudicial	162
6.9. Liquidação com dano zero.....	164
6.10. Honorários advocatícios	167

SUMÁRIO

Parte III
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

<i>Capítulo 7</i>	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARTE GERAL.....	173
7.1. Disposições gerais.....	173
7.2. Petição inicial	177
7.3. Competência.....	179
7.4. Intimação do devedor	184
7.5. Honorários advocatícios	189
7.6. Protesto	193
<i>Capítulo 8</i>	
TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	197
8.1. Esboço geral	197
8.2. Decisões de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	198
8.3. A decisão homologatória de autocomposição judicial.....	202
8.4. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza	204
8.5. Formal e a certidão de partilha	205
8.6. Crédito de auxiliar da justiça.....	206
8.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado	207
8.8. Sentença arbitral.....	208
8.9. Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	209
<i>Capítulo 9</i>	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA	215
9.1. Disposições gerais	215
9.2. Petição inicial	216
9.3. Intimação.....	217
9.4. Prazo para pagamento.....	219
9.5. Multa pelo não cumprimento da obrigação	222
9.6. Pagamento voluntário x pagamento espontâneo	224
9.7. Honorários	227
9.8. Penhora	229
<i>Capítulo 10</i>	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	231
10.1. Disposições gerais	231
10.2. Tutela específica	233

MANUAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

10.3. Resultado prático equivalente	234
10.4. Procedimento.....	236
10.5. Medidas coercitivas.....	238
10.6. Multa (<i>astreintes</i>).....	240
10.6.1. Aplicação da multa à Fazenda Pública.....	248
10.6.2. Intimação do devedor para incidência de multa	250
10.7. Conversão em perdas e danos.....	251
Capítulo 11	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE ENTREGAR COISA CERTA.....	257
11.1. Disposições gerais.....	257
11.2. Algumas especificidades	258
Capítulo 12	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES ALIMENTARES.....	261
12.1. Classificação das obrigações alimentares.....	261
12.2. Legitimados.....	264
12.3. Competência.....	266
12.4. Procedimentos	266
12.4.1. Rito da prisão.....	267
12.4.2. Rito das obrigações de pagar quantia certa	272
12.4.3. Rito da prisão em caso de dívida alimentar pelos avós.....	274
12.5. Protesto.....	280
12.6. Desconto em folha	281
Capítulo 13	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	283
13.1. Disposições gerais.....	283
13.2. Legitimidade.....	285
13.3. Competência.....	287
13.4. Petição inicial	287
13.5. Procedimento.....	288
13.6. Honorários advocatícios	290
13.7. Sistema de precatórios e RPV.....	294
13.7.1. Precatórios.....	295
13.7.2. Requisição de pequeno valor (RPV)	304
Capítulo 14	
CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	307
14.1. Regras gerais	307
14.2. Requisitos	309

SUMÁRIO

14.3. Incidência de multa	310
14.4. Cumprimento provisório incompleto	311
14.5. Cumprimento provisório completo.....	312
14.5.1. Caução	312
14.5.2. Outras hipóteses	313
14.5.3. Responsabilidade objetiva.....	315
14.6. Honorários advocatícios	318
14.7. Cumprimento provisório contra a Fazenda Pública.....	319
Capítulo 15	
IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	323
15.1. Disposições gerais.....	323
15.2. Competência.....	325
15.3. Prazo da impugnação	325
15.4. Impugnação ao cumprimento de sentença das obrigações de pagar quantia certa	327
15.4.1. Requisitos	327
15.4.2. Matérias de cognição	328
15.4.2.1. Falta ou nulidade da citação	329
15.4.2.2. Illegitimidade de parte	331
15.4.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação ..	332
15.4.2.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea	333
15.4.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	334
15.4.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução..	336
15.4.2.7. Causa modificativa ou extintiva da obrigação	337
15.4.3. Coisa julgada constitucional	339
15.5. Impugnação ao cumprimento nas obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa certa	349
15.6. Impugnação ao cumprimento contra a Fazenda Pública	350
15.7. Efeito suspensivo.....	353
15.8. Procedimento.....	355
15.9. Honorários	357
Capítulo 16	
PARTE GERAL	361
16.1. Introdução.....	361

MANUAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

16.2. Legitimidade	363
16.3. Intervenção de terceiros	366
16.4. Competência	374
16.5. Petição inicial	375
16.5.1. Valor da causa	380
16.6. Benefício da gratuidade de justiça	381
16.7. Citação	382
Capítulo 17	
TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS.....	387
17.1. Esboço geral	387
17.2. Títulos de crédito	391
17.3. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	392
17.4. Documento particular assinado por duas testemunhas	394
17.5. Contratos eletrônicos	395
17.6. Instrumentos de transação	398
17.7. Contrato garantido por direito real de garantia ou por caução	399
17.8. Contrato de seguro de vida em caso de morte	402
17.9. Crédito decorrente de foro e laudêmio	403
17.10. Crédito decorrente de aluguel de imóvel e encargos acessórios	405
17.11. Certidão de dívida ativa	407
17.12. Crédito referente às contribuições de condomínio edilício	408
17.13. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro	409
17.14. Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	411
Capítulo 18	
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PAGAR QUANTIA CERTA.....	415
18.1. Disposições gerais	415
18.2. Petição inicial	416
18.3. Citação	419
18.4. Prazo para pagamento	421
18.5. Honorários advocatícios	423
18.6. Sanção premial	424
18.7. Averbação da execução	425
18.8. Inscrição no cadastro de inadimplentes	427
18.9. Atitudes do executado	429
18.10. Arresto	430
18.11. Fase instrutória	431

SUMÁRIO

Capítulo 19

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXRAJUDICIAL – FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA	435
19.1. Disposições Gerais	435
19.2. Obrigações de fazer	436
19.2.1. Conversão em perdas e danos	438
19.3. Obrigações de não fazer	441
19.4. Obrigações de entregar coisa.....	442

Capítulo 20

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXRAJUDICIAL - OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	445
20.1. Disposições gerais.....	445
20.2. Aspectos procedimentais.....	445

Capítulo 21

EMBARGOS À EXECUÇÃO	449
21.1. Disposições gerais.....	449
21.2. Legitimidade.....	450
21.3. Competência.....	452
21.4. Prazo de ajuizamento.....	452
21.5. Parcelamento da dívida.....	454
21.6. Cognição dos embargos.....	457
21.6.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	459
21.6.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	460
21.6.3. Excesso de execução.....	461
21.6.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis.....	462
21.6.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	463
21.6.6. Matérias passíveis de alegação em processo de conhecimento.....	463
21.7. Efeito suspensivo.....	464
21.8. Procedimento.....	469

Parte V
PENHORA E EXPROPRIAÇÃO

Capítulo 22

PENHORA	473
22.1. Generalidades	473
22.2. Efeitos da penhora	475
22.3. Legitimidade, lugar e tempo de realização da penhora.....	478
22.4. Bens penhoráveis	480
22.5. Ordem legal de penhora	482

MANUAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS TÍTULOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

22.6. Penhora <i>on-line</i>	484
22.7. Impenhorabilidade	486
22.7.1. Móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do devedor	490
22.7.2. Impenhorabilidade de salário	492
22.7.3. Poupança até 40 salários mínimos.....	501
22.7.4. Seguro de vida.....	501
22.7.5. Pequena propriedade rural.....	506
22.7.6. Impenhorabilidade do bem de família.....	507
22.7.7. Renúncia à impenhorabilidade.....	510
22.7.8. Bens relativamente impenhoráveis.....	512
22.8. Modificação da penhora.....	518
22.9. Substituição do bem penhorado	521
22.10. Remição.....	527
22.11. Avaliação do bem penhorado	529
<i>Capítulo 23</i>	
MEIOS DE EXPROPRIAÇÃO	533
23.1. Concepção geral.....	533
23.2. Adjudicação.....	534
23.2.1. Legitimidade para adjudicar	538
23.3. Alienação por iniciativa particular	544
23.3.1. Alienação antecipada	550
23.4. Leilão judicial.....	551
23.5. Arrematação.....	558
23.5.1. Preço vil	562
23.5.2. Auto de arrematação.....	563
23.5.3. Carta de arrematação	564
23.5.4. Desfazimento da arrematação – impugnação e desistência.....	565
<i>Capítulo 24</i>	
SATISFAÇÃO DO CRÉDITO	569
24.1. Satisfação direta	569
24.2. Satisfação indireta	570

Parte VI**DEFESAS ATÍPICAS, SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO**

<i>Capítulo 25</i>	
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	575
25.1. Disposições gerais.....	575

SUMÁRIO

25.2. Cabimento e procedimento	577
25.3. Utilidade da exceção diante do CPC/15	580
<i>Capítulo 26</i>	
EMBARGOS DE TERCEIROS.....	583
26.1. Disposições gerais.....	583
26.2. Natureza jurídica	586
26.3. Conceito de terceiro. Legitimidade	589
26.4. Prazo e termo inicial	593
26.5. Competência.....	594
26.6. Tutela provisória.....	598
26.7. Sentença e seus efeitos.....	599
<i>Capítulo 27</i>	
SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO	601
27.1. Introdução	601
27.2. Suspensão do processo conforme arts. 313 e 315 do CPC	604
27.3. Embargos à execução com efeito suspensivo	609
27.4. Inexistência de bens penhoráveis.....	610
27.5. Falta de licitantes para a arrematação	612
27.6. Parcelamento da execução.....	612
27.7. Convenção das partes	613
<i>Capítulo 28</i>	
ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO	615
28.1. Introdução	615
28.2. Indeferimento da petição inicial	616
28.3. Satisfação da obrigação.....	617
28.4. Obtenção, por qualquer meio, da extinção total da dívida	618
28.5. Renúncia ao crédito.....	620
28.6. Prescrição intercorrente	620
28.7. Execução frustrada.....	622
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	625